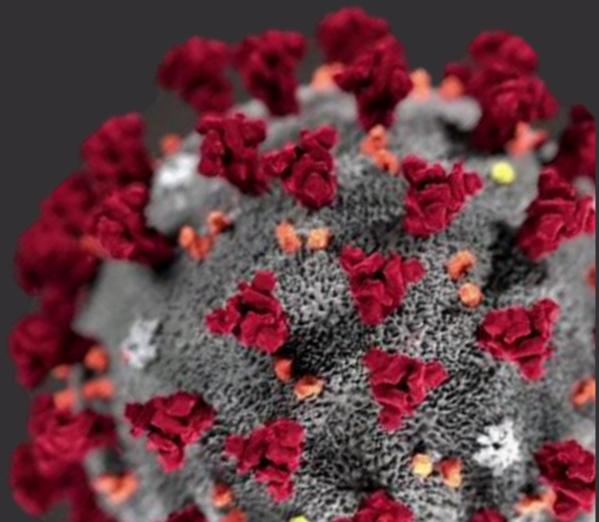


Painel de Monitoramento

Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

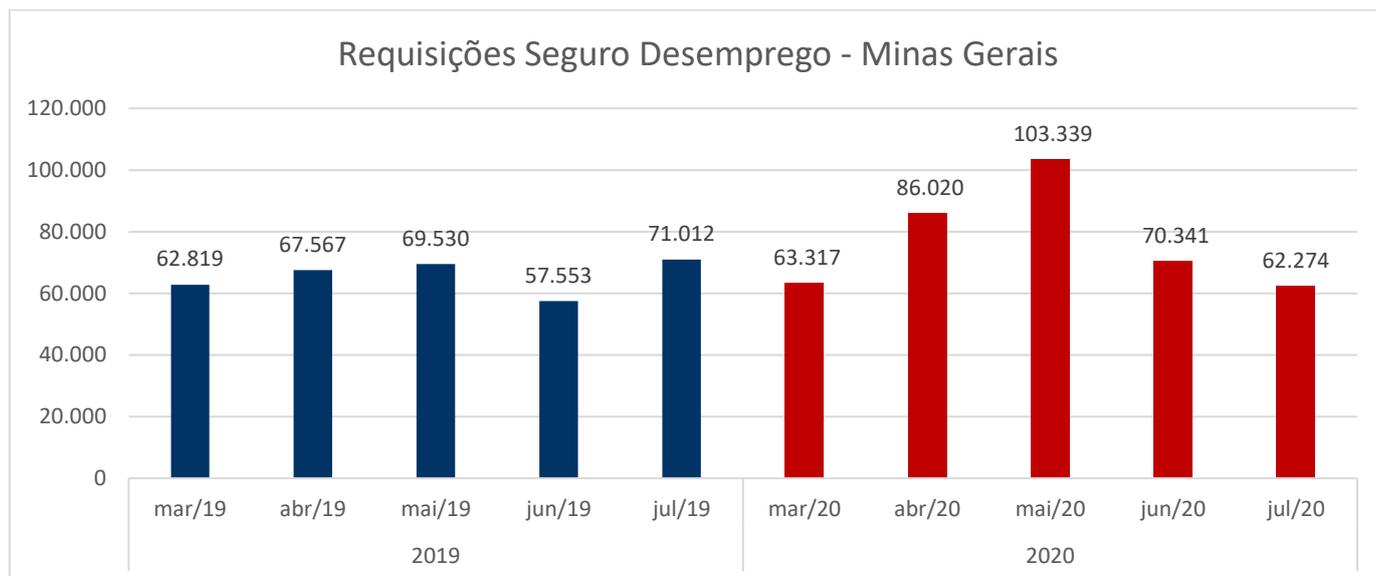
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Efeitos da Pandemia sobre as Empresas;
- Desemprego provocado pela COVID-19;
- Produção de café na contramão da crise;
- Perfil de gastos do consumidor mineiro;
- Impactos da pandemia para os jovens.

SEGURO DESEMPREGO

Mês de julho registra 62.274 requisições do benefício em Minas Gerais, o menor número desde o início da pandemia

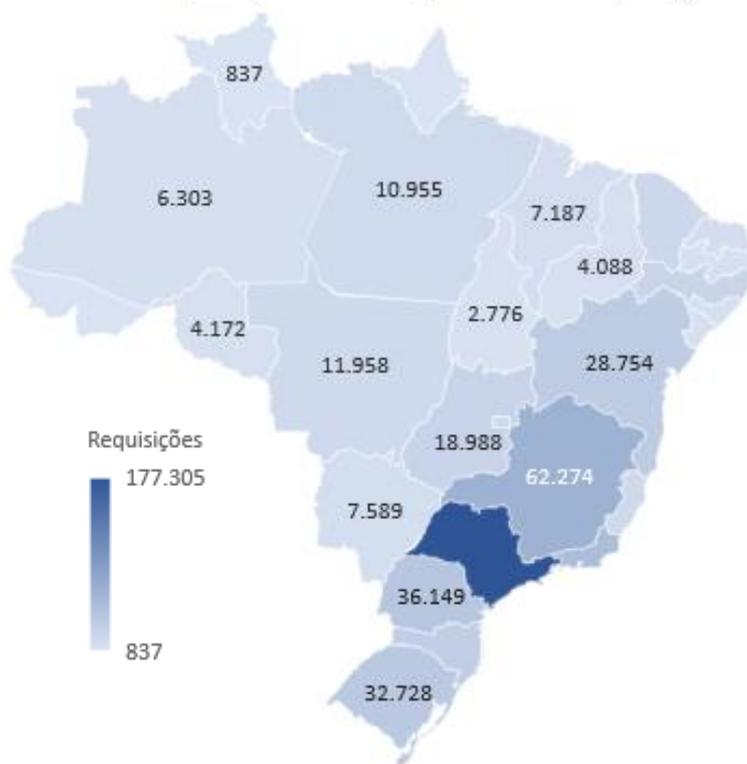
Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego, no Estado de Minas Gerais, em julho, totalizou 62.274 benefícios, uma redução de 11,4% em relação ao mês anterior. Após atingir o ápice de 53.141 requisições na primeira quinzena de maio, o indicador tem passado por sucessivas quedas, sendo julho o mês com menor demanda desde o início da pandemia. Destaca-se, inclusive, que esse quantitativo pode ser visto com otimismo, acenando para uma possível interrupção do fluxo anormal de demissões, uma vez que a solicitação do Seguro Desemprego atingiu parâmetros de normalidade, ficando abaixo do valor observado no mesmo mês do ano anterior, quando foram pagos 71.012 auxílios assistenciais em Minas Gerais.

No ranking de segmentos econômicos que mais demandaram o Seguro Desemprego na primeira em julho, a primeira posição ficou com o setor de serviços (38,9%) que totalizou 23.723 trabalhadores formais dispensados. Em segundo lugar, está o comércio (24,4%), com 15.220 requisições, seguido pela Indústria (16,1%), Construção (10,5%) e Agropecuária (4,2%).



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Requisições do Seguro Desemprego no Brasil



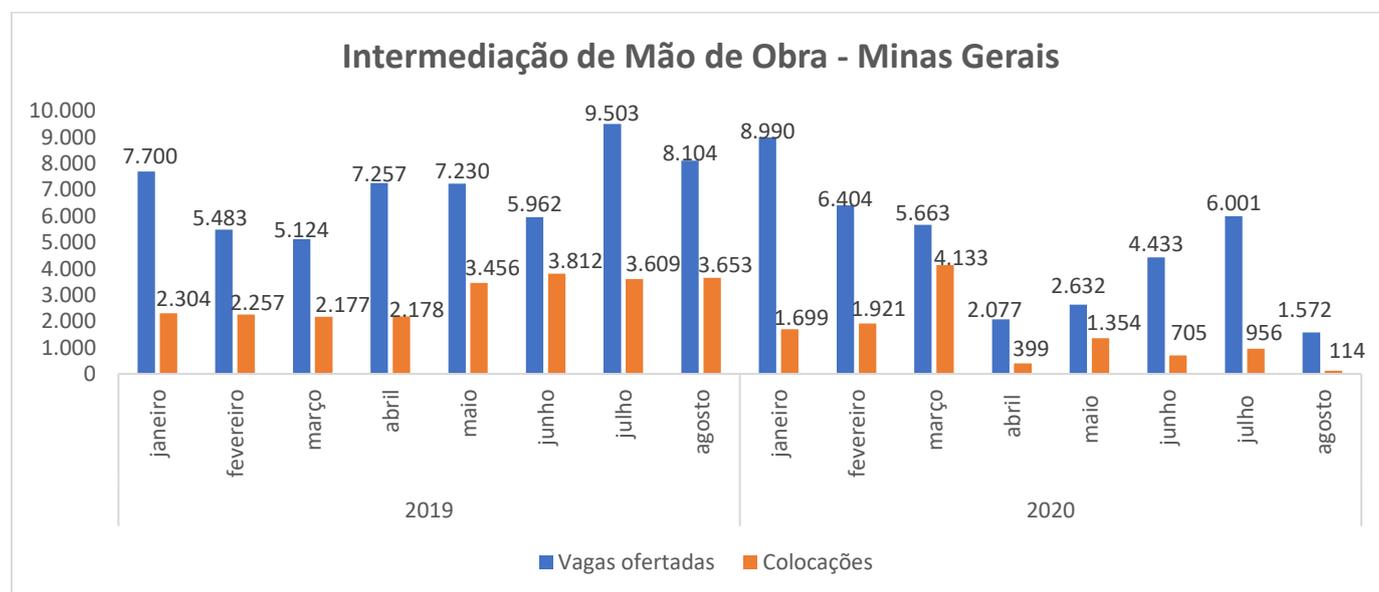
Se realizada uma análise do cenário nacional referente ao mês de julho, constata-se que Minas Gerais ocupa a segunda posição no ranking de unidades da federação com maior demanda do Seguro Desemprego, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo, que apresentou 90.893 requisições do benefício. Em todo o Brasil, o número de solicitações do auxílio somou 281.670, uma queda de 2,4% em comparação ao mês anterior – percentual este bastante inferior ao observado em Minas Gerais, o que indica que o estado tem tido recuperação acima da média nacional.

Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Para cobrir as despesas decorrentes do pagamento do Seguro Desemprego em Minas Gerais, o Governo Federal, por meio do Ministério da Economia, empregou, apenas em julho, R\$ 386 milhões em recursos dos cofres públicos. Esse valor representa 10,6% do total gasto com o financiamento do benefício no país, haja vista que, em todo o Brasil, foram aplicados R\$ 3,64 bilhões no custeio das parcelas do auxílio assistencial.

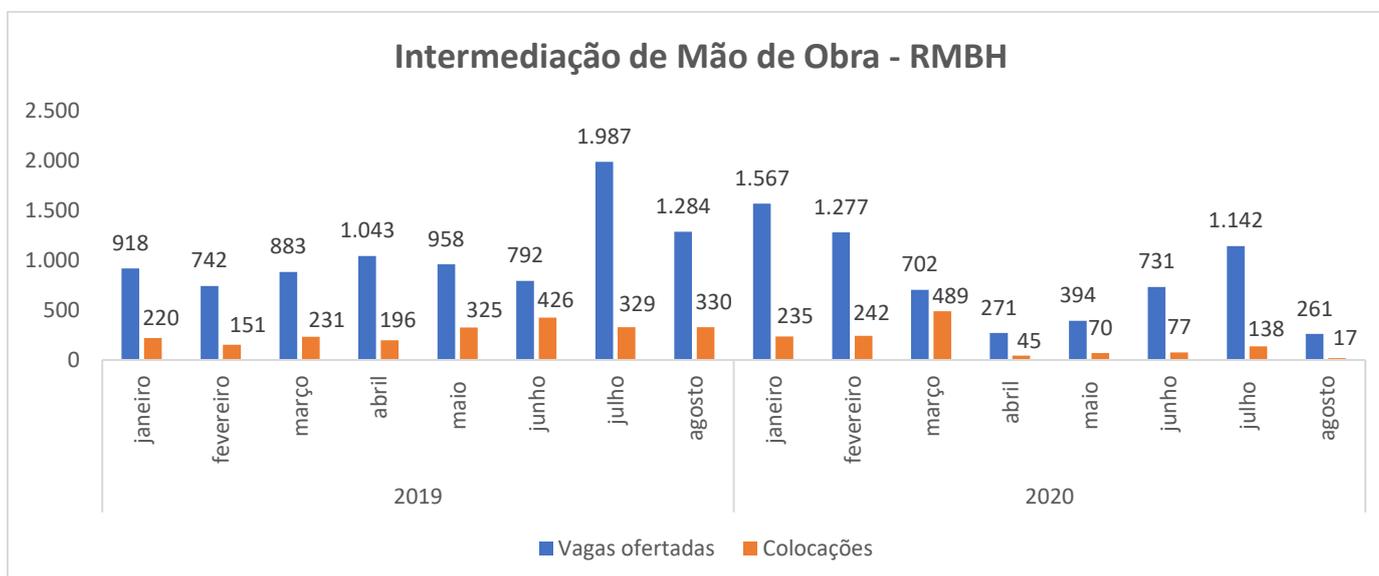
ESTATÍSTICAS DO SINE

As unidades de atendimento do SINE em Minas Gerais registraram 592.466 atendimentos entre janeiro e agosto de 2020 (até 11/08), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados apresentados até maio do presente ano, se analisado o comparativo com o mesmo período de 2019 – mesmo adotando-se o regime de teletrabalho. A partir do mês de julho, algumas unidades retomaram o agendamento presencial mediante agendamento prévio, o que justifica o aumento no número de vagas ofertadas e colocações. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de agosto computados até o dia 11/agosto



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de agosto computados até o dia 11/agosto

ACORDOS DE SUSPENSÃO DE CONTRATO

A cada dez empresas em funcionamento no país, seis foram afetadas negativamente pela pandemia de COVID-19

De acordo com a Pesquisa Pulso Empresa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e cujos dados foram divulgados no dia 30 de julho, das 2,8 milhões de empresas em funcionamento do país, 64,2% consideraram que a pandemia as afetou negativamente na segunda quinzena de junho em relação à primeira quinzena do mesmo mês. Já para 22,5% das empresas em funcionamento, a pandemia trouxe efeitos pequenos ou inexistentes e, para apenas 15,1%, os efeitos sentidos foram positivos.

Entre as empresas de pequeno porte (com até 49 funcionários), a pandemia afetou negativamente 62,7% do total, enquanto, entre as empresas de médio porte (entre 50 e 499 funcionários), esse percentual foi menor - 46,3% foram prejudicadas. Entre os empreendimentos de grande porte (com 500 funcionários ou mais), os impactos negativos foram sentidos por 50,5% do total. Os resultados são ainda mais relevantes ao considerar que cerca de 97% das empresas em funcionamento no país são de pequeno porte.

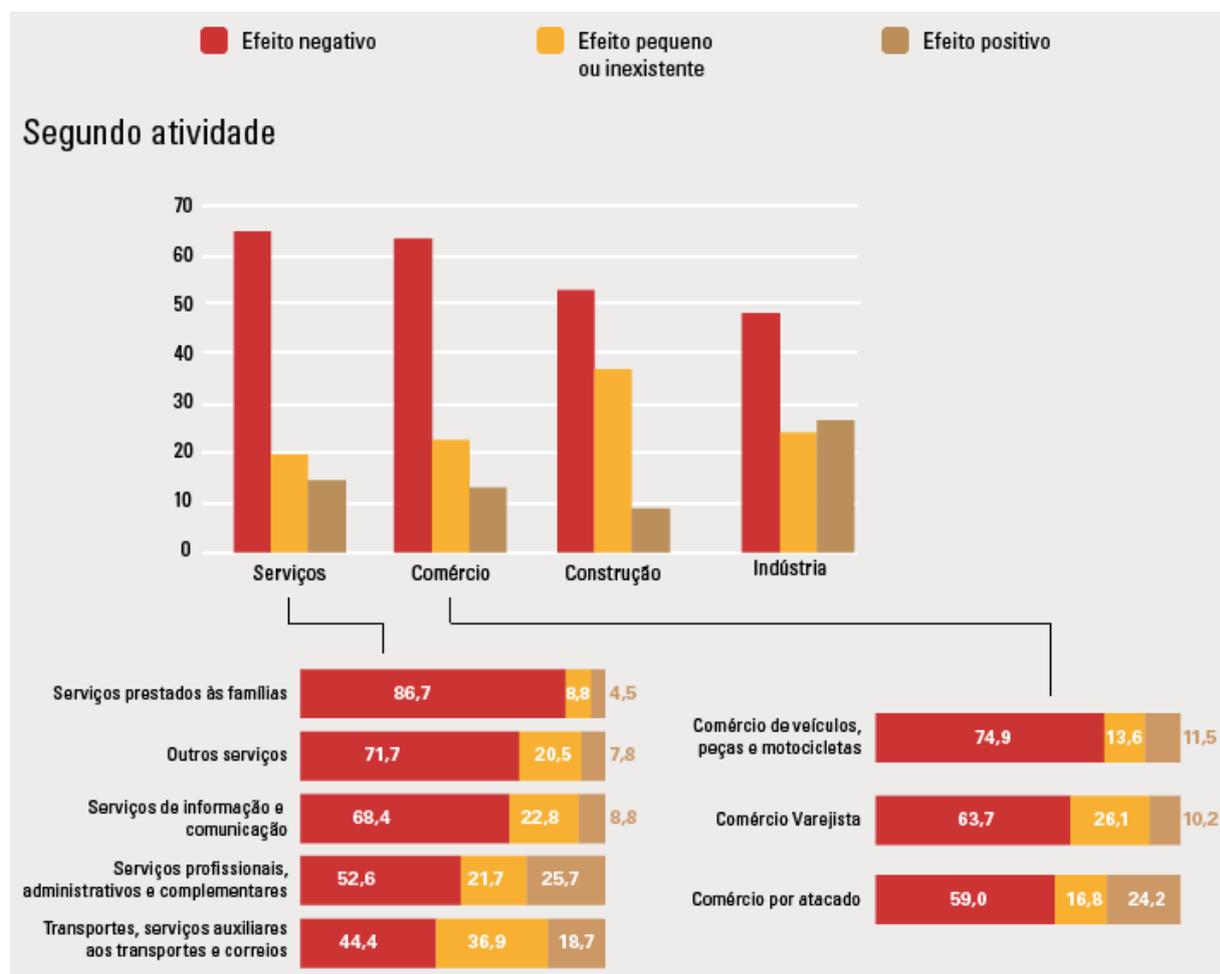
Outro ponto a se destacar diz respeito ao tipo de impacto causado pela pandemia entre a primeira e segunda quinzena de junho, de acordo com o setor de atividade econômica de cada empresa. O setor da indústria foi o menos prejudicado, isto é, proporcionalmente menos empresas sofreram impactos negativos (48,7%) e mais experimentaram impactos positivos (27%) que os demais setores de atividade econômica.

Quanto aos mais prejudicados, o setor de serviços lidera a lista. 65,5% das empresas do setor perceberam efeitos negativos causados pela pandemia na segunda quinzena de junho em relação à quinzena anterior – o percentual mais elevado entre os quatro setores – ao passo que, apenas 14,6% perceberam efeitos positivos. Em relação aos subsetores que integram o segmento de serviços, claramente o de “serviços prestados às famílias” foi o mais prejudicado, já que efeitos negativos foram sentidos por 86,7% do total. Como explica Flávio Magheli, coordenador de Pesquisas Conjunturais em Empresas do IBGE, “os serviços prestados às famílias incluem bares, restaurantes e hotéis, atividades que dependem de circulação de pessoas, turismo e viagens. Era de se esperar que essas atividades fossem mais impactadas”.

Os setores de comércio e construção civil também foram bastante abalados. Efeitos negativos foram sentidos por 64,1% das empresas do setor de comércio e por 53,6% das empresas do setor de construção. Entretanto, este último, proporcionalmente, possui maior número de empresas que sentiram efeito pequeno ou inexistente (37,4%) e menor proporção de empresas que sentiram efeitos positivos (9%), o que indica um contexto de maior estabilidade do que aquele verificado nos demais setores. Entre os subsetores do segmento de serviços, o de “comércio de veículos, peças e motocicletas” apresentou maior proporção de empresas prejudicadas, chegando a quase $\frac{3}{4}$ do total. Como explica Flávio

Magheli, “o segmento de veículos, peças e motocicletas também foi afetado pelo funcionamento parcial dos Detrans e das concessionárias, além da decisão de compra de um bem durável, que tem de ser bem pensada pelas famílias num momento de desemprego e de incertezas”.

Percepção do impacto sofrido pelas empresas devido à COVID-19 na segunda quinzena de junho em relação à primeira quinzena



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

DESEMPREGO E READAPTAÇÃO

Pesquisa virtual aponta que 37% dos desempregados perderam suas ocupações por conta da pandemia

Uma pesquisa virtual realizada pela empresa “Demanda - Pesquisa e Desenvolvimento de Marketing”, aplicada entre os dias 16 e 31 de julho em um grupo amostral de 1.090 entrevistados, estima que 37% dos desempregados do país estejam nessa condição devido às medidas de isolamento social, ao fechamento de empresas e aos cortes na folha de

pagamento suscitados pela pandemia do novo Coronavírus. Desse percentual de desempregados, 34% já começou a traçar as estratégias necessárias para garantir uma recolocação profissional, nesse sentido, a procura por qualificação tem sido uma prática recorrente. Além disso, muitos desocupados também planejam abrir o próprio negócio ou mesmo mudar a área de atuação, o que evidencia que o atual contexto tem instigado a capacidade de readaptação de milhões de brasileiros.

A pesquisa também aponta que 25% dos entrevistados, cerca de 272 desempregados, estão procurando por uma vaga de trabalho há muito tempo, enquanto outros 24% começaram essa busca recentemente. Tais dados permitem perceber que o grande contingente de desempregados que já existia antes da pandemia se soma agora a um número significativo de candidatos que também passam a disputar uma oportunidade de trabalho. Nesse cenário de escassez de vagas de emprego e maior concorrência, 7% dos entrevistados declararam já ter desistido de se recolocar no mercado e, por isso, não tem sequer procurado por emprego.

Excluindo os 37% que estão desempregados devido à pandemia, os outros 63% que ainda se mantêm em suas ocupações também têm tido que se reinventar diante dos novos desafios. Daqueles que não perderam o emprego, o levantamento indica que 49% continuam trabalhando exclusivamente de casa, enquanto outros 16% alternam o home office com o trabalho presencial e somente 9% já retomaram integralmente sua rotina fora do lar.

A empresa que desenvolveu a pesquisa também abordou a relação dos trabalhadores com o home office durante a pandemia. 39% dos entrevistados se considera totalmente satisfeita com a mudança de rotina, ao passo que 26% enxergam com pessimismo essa mudança. Dentre as principais causas para o descontentamento estão a falta de interações físicas com os colegas (46%) e o aumento da sobrecarga de trabalho (39%). No entanto, a pesquisa indica que boa parte das mudanças impulsionadas pela pandemia devem se manter mesmo após a retomada total das atividades, haja vista que a economia propiciada pelo home office deve provocar a adesão a um regime de trabalho misto em muitas empresas.

AGRONEGÓCIO EM MINAS GERAIS

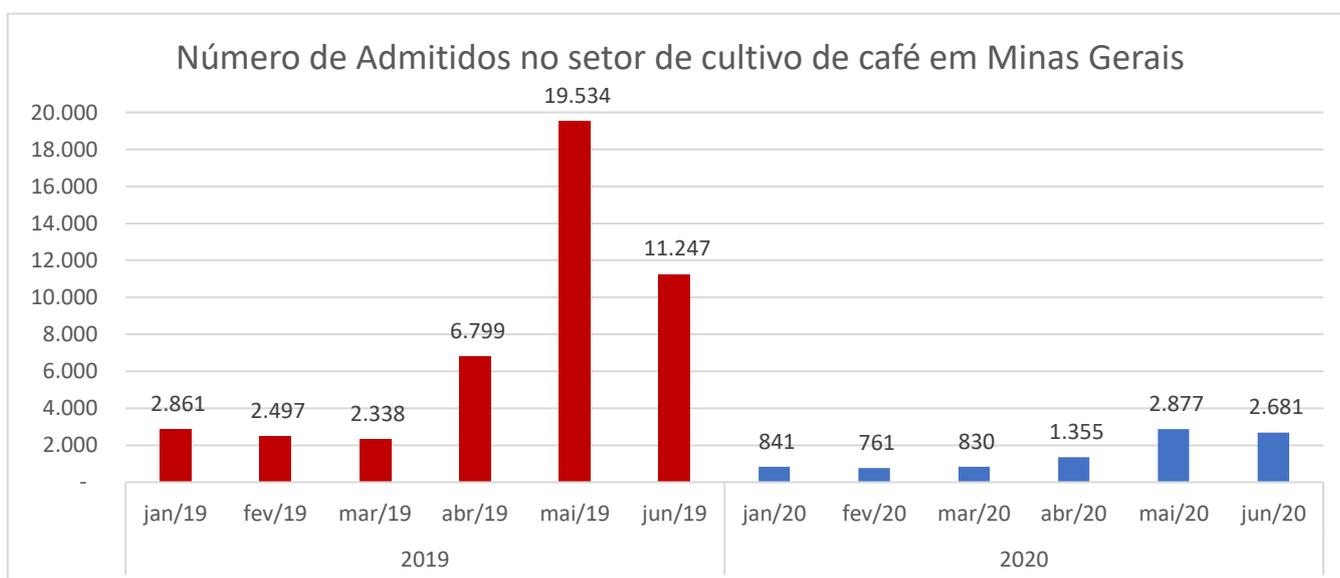
Produção de café segue na contramão da crise em 2020

Diferentemente dos grandes setores de serviços e comércio, fortemente impactados pela crise provocada pelo novo Coronavírus, o segmento agropecuário tem apresentado indicadores positivos de lucratividade e geração de postos de trabalho. Em Minas Gerais, mesmo diante dos novos desafios para garantir a segurança dos trabalhadores rurais e para escoar a produção, a lavoura de café desponta como um promissor ramo de destaque da economia, com previsões positivas no que tange ao volume e qualidade da safra.

Tal desempenho é impulsionado pela estabilidade na demanda pelo produto, que continua sendo consumido no mercado interno e segue compondo significativamente a cesta de exportação do Brasil. Destaca-se que Minas Gerais é peça chave no fornecimento desse produto, haja vista que o estado é o maior produtor de café do país, respondendo por cerca de 50% da produção nacional sendo, inclusive, uma das principais fontes de cafés especiais e selecionados. Para garantir a colheita, que começou por volta do mês de março, apesar da crise sanitária, entidades como a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), cooperativas e sindicatos se organizaram para alertar os produtores sobre a importância de implementar cuidados sanitários nas fazendas.

Como o trabalho no campo não foi afetado pelas medidas de isolamento social, os produtores esperam colher a mesma quantidade prevista antes da crise. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) calcula que Minas Gerais deve produzir entre 30,7 e 32,1 milhões de sacas de café este ano, o que representa 25% a 30% acima da safra anterior. Os associados da maior cooperativa de café do mundo, a Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), também esperam que a colheita ocorra conforme previsões anteriores, com expectativa de produção de 10,3 milhões de sacas nesta temporada, fato propiciado pelas condições climáticas favoráveis nesta safra.

Apesar de boa parte dos trabalhadores rurais desse ramo atuarem na informalidade devido à sazonalidade da colheita, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), mostram que, apenas em Minas Gerais, o cultivo de café empregou 9.345 trabalhadores formais até junho de 2020. No entanto, os números de vagas de emprego criadas por esse segmento neste ano são bastante tímidos na comparação com o mesmo semestre do ano anterior, quando foram gerados 45.276 postos de trabalho, número este que é cerca de cinco vezes maior que aquele verificado na safra atual. O gráfico abaixo evidencia essa realidade que pode estar relacionada às medidas de contenção da propagação do vírus nas lavouras e à maior mecanização do campo.



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

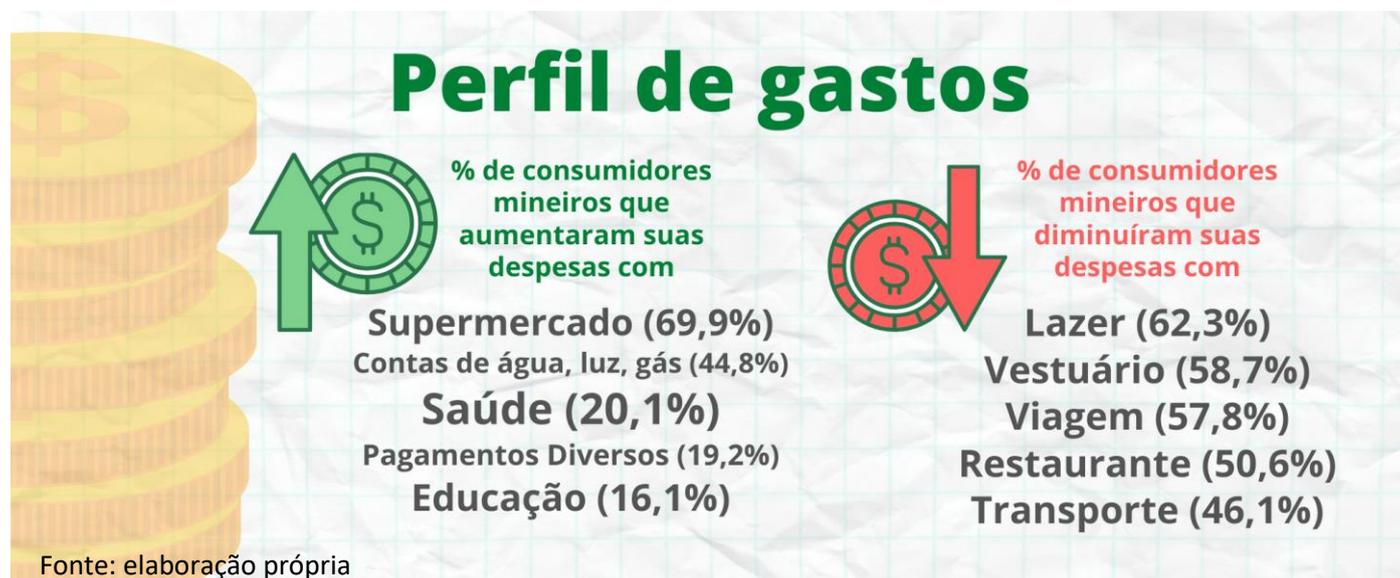
GASTOS DAS FAMÍLIAS

Pesquisa virtual revela que mineiros aumentaram os gastos com supermercado durante a pandemia

Diante da nova rotina de isolamento social e com o maior tempo de permanência em casa, o perfil de gastos do consumidor mineiro se readequou ao atual contexto de pandemia. É o que comprova um levantamento virtual realizado entre os dias 2 a 13 de julho pela plataforma de gestão de finanças pessoais da Mobills, que evidencia essa realidade a partir da análise dos dados de 233 usuários do aplicativo. Os resultados do balanço mostram que as despesas domésticas aumentaram durante a pandemia: 69,96% dos usuários tem gastado mais com as compras de supermercado e 44,84% tem pagado mais caro nas contas de água, luz, telefonia e gás. Ainda de acordo com a pesquisa, 20,1% dos respondentes afirmaram que têm desembolsado mais dinheiro com saúde; 19,2% alegaram ter aplicado os recursos em pagamentos diversos e outros 16,1% investiram mais em educação.

O estudo também mencionou as categorias em que os mineiros reduziram seus gastos. Para 62,33% dos entrevistados, a maior redução ocorreu no lazer, enquanto 58,74% apontaram o vestuário como o principal corte nas despesas desde o início da pandemia. A redução de gastos com viagem (57,85%), restaurante (50,67%) e transporte (46,19%) também foram destacadas pelos usuários da plataforma virtual. "Percebemos que o aumento de gastos com uma determinada categoria vem justamente para balancear a redução em outros serviços durante a pandemia. As pessoas gastam mais com supermercado, mas reduzem em restaurantes. Nesse sentido, o cuidado é que os gastos não sobreponham a receita do mês", ressalta Carlos Terceiro, diretor-executivo e fundador da Mobills.

Além disso, chama a atenção o fato de que, com a pandemia, os consumidores mineiros passaram a adquirir mais livros, especialmente por meio de livrarias online - uma alta 26,46%. Tal fato evidencia que o isolamento social tem instigado o interesse pela leitura e aprendizado, não apenas como alternativa de entretenimento, mas também de estudos e qualificação.



PÚBLICOS VULNERÁVEIS

Jovens que ingressam no mercado de trabalho durante a pandemia tendem a ser mais prejudicados, aponta ENAP

Na última terça-feira (11), foi publicado o relatório “COVID-19: mitigação dos efeitos de longo prazo”, que consolida os resultados de um estudo exclusivo da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), elaborado pela EvEx – Evidências Express. O relatório mostra como possíveis efeitos de uma pandemia podem durar anos ou décadas e aponta uma série de medidas importantes para reduzir tais consequências adversas no longo prazo.

Quanto aos possíveis impactos de longo prazo no mercado de trabalho, o estudo mostra que jovens tendem a ser mais prejudicados pela crise. O relatório da ENAP aponta que, baseado em experimentos e pesquisas anteriores, jovens com pouca ou nenhuma experiência profissional que ingressaram no mercado de trabalho durante uma recessão causada por pandemia tendem a iniciar a vida laboral em ocupações que prejudicam o desenvolvimento de habilidades importantes. Na carência dessas capacidades, esse trabalhador terá dificuldade para alcançar, ao longo da vida, vagas e promoções com melhores salários. Tendo em vista que o desenvolvimento dessas habilidades demanda tempo e prática, a permanência desses jovens em subempregos ou ocupações distintas de sua formação, tende a gerar prejuízos futuros em termos de produtividade e remuneração em relação àqueles que ingressaram no mercado em um contexto diferente.

Outro efeito indesejado de longo prazo no mercado de trabalho são os prejuízos no desempenho profissional dos nascidos durante pandemias. Indivíduos que estavam in utero durante o pico da gripe espanhola em 1918 obtiveram níveis socioeconômico mais baixos na fase adulta devido aos empregos que ocuparam. Além disso, esses indivíduos tinham 35% mais chances de ficarem desempregados na comparação com aqueles que nasceram em outro período. O estudo indicou que os efeitos da má nutrição do feto e fragilidade da mãe durante a gestação podem prejudicar o desenvolvimento físico e cognitivo do recém-nascido.

O relatório conclui apresentando uma lista de ações efetivas para mitigar os efeitos de longo prazo da pandemia de COVID-19 em diversas áreas. Essas medidas incluem (i) incentivo à flexibilização do regime trabalho como, por exemplo, adoção de home office; (ii) proteção do emprego e da renda dos afetados pelos efeitos indiretos da crise (iii) proteção social por meio de programas existentes e/ou pagamentos com essa finalidade para trabalhadores; (iv) acordos de trabalho com curta duração, benefícios de desemprego ou apoio para empresas, como medidas de redução de impostos; (v) promoção de treinamentos profissionais e subsídios à remuneração e (vi) garantia de pelo menos um curso de qualificação profissional.

[Mais informações em: Relatório Covid-19: Mitigação dos Efeitos de Longo Prazo](#)